

Demonstrações Contábeis

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

31 de dezembro de 2013 e 2012
com Relatório dos Auditores Independentes
sobre as demonstrações contábeis

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Recife - PE

Examinamos as demonstrações contábeis da STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife (PE), 19 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015.199/O-6-F-PE



Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC – 1SP 171.230/O-7-T-PE

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.499	13.834
Caixa restrito	4	6.156	5.703
Concessionárias e permissionárias	5	15.356	15.373
Contas a receber ativo financeiro	6	144.785	135.949
Tributos e contribuições sociais	7	194	194
Serviços em curso		3.846	3.122
Outros		1.538	1.016
		176.374	175.191
Não circulante			
Aplicações financeiras		343	316
Cauções e depósitos vinculados	11	3.000	3.000
Contas a receber ativo financeiro	6	529.464	525.194
Outros		2.565	27
Imobilizado		305	255
Intangível		386	504
		536.063	529.296
Total do ativo		712.437	704.487

	Nota	2013	2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		462	239
Empréstimos e financiamentos	8	18.236	17.311
Taxas regulamentares	9	4.990	4.236
Tributos e contribuições sociais	7	9.393	8.950
Dividendos		2.636	-
Provisão para compensação ambiental – IBAMA		45	45
Outros		3.241	3.646
		39.003	34.427
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	182.149	200.324
Tributos diferidos	18	80.984	72.203
Provisão para contingências	12	4.143	4.143
Fornecedores		250	500
Outros		526	2.591
		268.052	279.761
Patrimônio líquido	13		
Capital social		252.625	239.974
Reservas de lucros		152.757	150.325
		405.382	390.299
Total do passivo e patrimônio líquido		712.437	704.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	14	141.357	134.643
Custos de operação	15		
Custo dos serviços prestados		(8.673)	(6.488)
Custo de construção		(186)	(1.253)
Depreciação e amortização		(123)	(113)
		<u>(8.982)</u>	<u>(7.854)</u>
Lucro operacional bruto		132.375	126.789
Receitas (despesas) operacionais	15		
Administrativas e gerais		(1.596)	(2.161)
Pessoal		(1.990)	(4.899)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(1.936)	(1.780)
Taxa de Fiscalização – TFSEE		(690)	(656)
Outras receitas, líquidas		(885)	2.509
		<u>(7.097)</u>	<u>(6.987)</u>
Resultado do serviço		125.278	119.802
Resultado financeiro			
Receita financeira	16	2.908	1.854
Despesa financeira	16	(16.511)	(20.059)
		<u>(13.603)</u>	<u>(18.205)</u>
Resultado operacional		111.675	101.597
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		111.675	101.597
Corrente:	17		
Imposto de renda		(17.616)	(15.446)
Incentivo fiscal de imposto de renda		13.591	12.287
Contribuição social		(6.487)	(5.512)
		<u>(10.512)</u>	<u>(8.671)</u>
Diferidos:	17		
Imposto de renda		(6.457)	(6.498)
Contribuição social		(2.324)	(2.339)
		<u>(8.781)</u>	<u>(8.837)</u>
		<u>(19.293)</u>	<u>(17.508)</u>
Lucro líquido do exercício		92.382	84.089
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)		198.000	198.000
Lucro básico e diluído por lote de 1000 ações – R\$		466,58	424,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	92.382	84.089
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>92.382</u>	<u>84.089</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros retidos	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	230.086	14.730	9.888	14.159	100.209	-	369.072
Dividendos pagos	-	-	-	(14.159)	-	-	(14.159)
Aumento de capital (Nota 15)	9.888	-	(9.888)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	84.089	84.089
Destinação proposta à AGO (Nota 15):							
Reserva legal	-	4.205	-	-	-	(4.205)	-
Incentivo fiscal	-	-	12.651	-	-	(12.651)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(34.863)	(34.863)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(13.840)	(13.840)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	18.530	(18.530)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	239.974	18.935	12.651	-	118.739	-	390.299
Dividendos pagos	-	-	-	-	(1.381)	-	(1.381)
Aumento de capital (Nota 15)	12.651	-	(12.651)	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	92.382	92.382
Destinação proposta à AGO (Nota 15):							
Reserva legal	-	4.619	-	-	-	(4.619)	-
Incentivo fiscal	-	-	13.591	-	-	(13.591)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(38.497)	(38.497)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(12.421)	(12.421)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	23.254	(23.254)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	252.625	23.554	13.591	-	115.612	-	405.382

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações de fluxo de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	111.675	101.597
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	123	114
Variações monetárias e cambiais líquidas	16.063	19.640
Baixa de ativos	-	-
Rendimentos sobre aplicação financeira	(453)	(544)
Reversão de provisão para compensação ambiental	-	(2.486)
Constituição de provisão para contingências	-	430
	127.408	118.751
(Aumento) redução no ativo		
Caixa restrito e aplicações financeiras	-	1.142
Concessionárias e permissionárias	18	316
Contas a receber ativo financeiro	(13.106)	(13.638)
Tributos e contribuições sociais	(1)	(3)
Serviço em curso	(724)	74
Outros	(3.088)	27
	(16.901)	(12.082)
(Aumento) redução no passivo		
Fornecedores	(27)	(456)
Taxas regulamentares	754	669
Tributos e contribuições sociais	(10.068)	(7.554)
Outros	(2.471)	1.487
	(11.812)	(5.854)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	98.695	100.815
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(50)	(35)
Aplicações no intangível	(5)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(55)	(35)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(74.662)	(64.098)
Amortização do principal e pagamento de juros do Financiamento	(33.313)	(33.289)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(107.975)	(97.387)
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(9.335)	3.393
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa		
Saldo no início do exercício	13.834	10.441
Saldo no final do exercício	4.499	13.834
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(9.335)	3.393
Informações adicionais		
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.385	1.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – (a “Companhia ou STN”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, estado de Pernambuco, em 27 de outubro de 2003, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão em 500 kV, Teresina II - Sobral III - C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 km.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir de 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Número	Prazo (anos)	Contrato de concessão		
		Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2004	30	18/02/2034	142.193	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.559/2013.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em Nota 6.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

A Administração utilizou fatores objetivos e subjetivos para a determinação de suas melhores estimativas na preparação das demonstrações contábeis da Companhia. Dentre os itens significativos sujeitos a estas estimativas incluem-se: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; a análise do risco de crédito para a determinação de provisão para devedores duvidosos; e a análise dos demais riscos para a determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 19 de fevereiro de 2014.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

2.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

2.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

2.1.4. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil estimado dos bens.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 367, de 02 de junho de 2009.

2.3. Intangíveis - Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.4 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2013 e 2012, não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia considera que todas as subestações e as linhas de transmissão compõem uma única unidade geradora de caixa.

2.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Provisões para litígios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

2.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Imposto de renda e contribuição social

2.9.1. Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributáveis. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

2.9.2. Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

2.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete a Diretoria deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembléia geral ordinária.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nos 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

2.14 Taxas regulamentares

2.14.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

2.14.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em tomo de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.14.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Políticas contábeis--Continuação

2.15 Benefícios a empregados (participação nos lucros)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

2.16 Transações entre as partes relacionadas

Os serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes registradas de acordo com os termos contratados.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

2.17.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos ativos financeiros

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17 Reconhecimento da receita—Continuação

2.17.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuros.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto relevante nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	444	342
Aplicações financeiras	4.055	13.492
	4.499	13.834

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 95% a 100%.

4. Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou saldo de R\$ 6.156 (R\$ 5.703 em 2012), referente a contas de reserva vinculada ao financiamento com o BNB e depósitos de reinvestimento realizados em 2009, 2010 e 2011.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	4.278	4.425
Encargos de uso da transmissão a faturar (*)	11.078	10.948
	<u>15.356</u>	<u>15.373</u>

(*) Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a ser faturado no mês seguinte, para recebimento em três parcelas iguais e sucessivas, vencíveis nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

6. Ativo financeiro indenizável

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	661.143	647.505
Receita de concessão de transmissão	16.379	16.855
Receita de infra-estrutura	186	1.253
Remuneração do ativo financeiro	134.545	125.789
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(138.004)	(130.259)
Saldo final	674.249	661.143
Circulante	(144.785)	(135.949)
Não circulante	<u>529.464</u>	<u>525.194</u>

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativo financeiro indenizável--Continuação

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União – Poder Concedente e a STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a. Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e
- b. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos e contribuições sociais

Por força de determinações legais, a Companhia sofreu retenções e realizou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais estão assim constituídos:

	2013	2012
Ativo:		
ICMS, COFINS e PIS a compensar	84	84
IRRF a compensar	97	97
Arrecadado	12	12
Outros	1	1
	194	194
Passivo:		
PIS	57	56
COFINS	259	258
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	5.094	4.736
Imposto de renda pessoa jurídica	3.075	3.016
Outros	908	884
	9.393	8.950

8. Empréstimos e financiamentos

	2013	2012
Moeda Nacional		
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (1)		
Principal	196.313	212.920
Encargos	124	135
	196.437	213.055
Circulante	(17.598)	(16.672)
Não circulante	178.839	196.383
Banco do Brasil S.A. (2)		
Principal	3.317	4.572
Encargos	631	8
	3.948	4.580
Circulante	(638)	(639)
Não circulante	3.310	3.941
Total:		
Circulante	18.236	17.311
Não circulante	182.149	200.324

(1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$ 299.995, obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE-

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

PROINFRA, a ser pago em 216 prestações mensais, com vencimento da primeira em julho de 2006 e a última em junho de 2024, restando, portanto, em 31 de dezembro de 2013, 126 prestações a serem pagas. Os encargos financeiros foram determinados pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2009, o qual estabeleceu a taxa de 10%a.a..

Sobre os encargos financeiros, estão sendo aplicados bônus de adimplência, previstos contratualmente.

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 005/2004-ANEEL, celebrado entre a STN e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

- (2) O Financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. para aquisição de reatores com valor original de R\$ 4.992, com encargos financeiros de 4,5% a.a., carência de 24 meses e amortização em 95 parcelas mensais. Vencimento final em 15 de março de 2020.

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas do contrato de financiamento celebrado pela Companhia com o BNB e registrado sob o nº 2951946, no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP e sob o nº 289003, no 2º Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas de Recife/PE.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

Vencimento por exercício:

	2013	2012
2014	-	18.104
2015	19.005	19.005
2016	19.964	19.964
2017	20.974	20.974
2018	22.036	22.036
Após 2018	100.170	100.241
	182.149	200.324

9. Taxas regulamentares

	2013	2012
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR (a)	321	238
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (b)	4.327	3.744
Taxa de Fiscalização ANEEL (c)	342	254
	4.990	4.236

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Taxas regulamentares--Continuação

- (a) Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% da receita anual da concessionária.
- (b) Programas de investimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de serviço público de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.
- (c) Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

10. Cauções e depósitos vinculados

No exercício de 2007, a Companhia efetuou um depósito judicial na Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 3.000, nos autos do Processo 2005.81.000177641, da 10a Vara – CE. Objetivando o levantamento da importância depositada, a Companhia apresentou recurso perante o STJ (Recurso Especial 970393 - CE). Com base no parecer dos assessores jurídicos, a Companhia não prevê registrar perda decorrente desse processo.

11. Partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012 bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

		2013	2012
Ativo:			
Concessionárias e permissionárias	(a)	1.459	1.422
Passivo:			
Fornecedores: Chesf	(b)	172	177
Demonstrações do resultado:			
Custo das operações – Serviços de Terceiros: Chesf	(b)	2.124	2.134

- (a) Saldo de faturas a receber da acionista referente ao serviço de transmissão de energia;

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas--Continuação

- (b) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção firmado com a acionista CHESF, o qual obteve a devida anuência da ANEEL. Além dos Contratos de Compartilhamento do imobilizado.

Companhia controladora

A STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A..

Entidade com influência significativa sobre a Companhia

- Alupar Investimento S.A.
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

- No exercício de 2013, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 1.936 (R\$ 1.780 em 2012).

12. Provisão para contingências

A provisão para contingências refere-se exclusivamente as ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, está provisionado o montante de R\$ 4.143 (2012: R\$ 4.143).

Adicionalmente, a Companhia possuía em andamento alguns processos judiciais / administrativos de natureza tributária em 31 de dezembro de 2013 que totalizavam aproximadamente R\$ 2.867 (R\$ 124 em 2012), os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

Dentre estes processos, encontra-se em andamento processos administrativos movidos pela Receita Federal, relativos à compensação supostamente indevida de débitos de PIS, COFINS e IRPJ. O valor dessas contingências está estimado em R\$ 2.341 em 31 de dezembro de 2013.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 252.625 e R\$ 239.974, respectivamente, representado por 198.000 mil ações ordinárias sem valor nominal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi incorporado ao capital social a importância de R\$ 12.651 e R\$ 9.888, respectivamente, referente à parcela de reserva de lucros - incentivos fiscais, apurado nos exercícios de 2012 e 2011, conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 28 de março de 2013 e 9 de abril de 2012.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	Quantidade de ações	
	Integralizadas	% capital
Alupar Investimento S.A.	100.979.997	50.99998
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	97.019.998	48.99999
Membros do Conselho de Administração	5	0,000003
	<u>198.000.000</u>	<u>100</u>

b) Reservas de lucros:

- (i) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva de incentivos fiscais: A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei nº 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 13.591 (R\$ 12.287 em 2012) relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

(ii) Reserva de incentivos fiscais--Continuação

A Companhia requereu à Sudene a utilização do benefício da redução por reinvestimento de 30% do imposto de renda devido para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, de que trata o art. 19 da Lei nº 8.167/91, art. 4º da lei nº 8.191/91 e no Decreto nº 4.213/02.

Para tanto, realizou a opção por reduzir para reinvestimento em sua declaração do imposto de renda, o montante de R\$ 1.091, sendo R\$ 727 referente ao valor do incentivo fiscal do imposto de renda, acrescido de 50% de recursos próprios, no valor de R\$ 364, referente aos anos calendário de 2008 e 2009, tendo depositado este montante em conta corrente no Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em 9 de novembro de 2012, após a efetivação de todas as exigências do “reinvestimento” a Sudene, por intermédio do Ofício nº 1740/2012, autorizou a Companhia a movimentar a conta bloqueada, com a obrigação de comprovar a incorporação ao capital social da empresa no prazo máximo de seis meses, contados a partir da data do citado ofício.

c) Lucros retidos:

Em atendimento à Lei 11.638/07 e CPC 07 Subvenções e Assistências Governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado foi contabilizado no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para as reservas de lucros – incentivo fiscal, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Os lucros retidos permanecerão à disposição da Assembleia Geral dos Acionistas para futura destinação.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos e juros sobre capital próprio--Continuação

Dividendos--Continuação

	2013	2012
Lucro líquido exercício	92.382	84.089
(-) Reserva legal	(4.619)	(4.205)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(13.591)	(12.651)
Base de cálculo	74.172	67.233
Dividendos:		
Pagos	38.497	34.863
À disposição da assembleia	23.254	18.530
	61.751	53.393
Juros sobre capital próprio:		
Valor líquido	10.558	11.764
	10.558	11.764
	72.309	65.157
% dividendos propostos e efetivamente pagos	100%	100%

Juros sobre capital próprio

Adicionalmente aos dividendos demonstrados anteriormente de acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais foram pagos no montante de R\$ 12.421 em 2013 (2012: R\$ 13.840). O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório e estão sendo contabilizados na despesa financeira. Conforme requerido pela legislação fiscal, foi retido o imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no valor de R\$ 1.863 (R\$ 2.076 em 2012).

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	16.379	16.855
Receita de infra-estrutura	186	1.253
Remuneração dos ativos de concessão	134.545	125.789
	<u>151.110</u>	<u>143.897</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(893)	(847)
COFINS	(4.121)	(3.910)
Quota para Reserva Global de Reversão – RGR	(3.451)	(3.278)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(1.288)	(1.219)
	<u>(9.753)</u>	<u>(9.254)</u>
Receita operacional líquida	<u>141.357</u>	<u>134.643</u>

15. Custos dos serviços prestados e despesas operacionais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custos da geração de energia elétrica	(8.982)	(7.854)
Despesas operacionais, Líquidas	(7.097)	(6.987)
	<u>(16.079)</u>	<u>(14.841)</u>
Pessoal	(7.605)	(6.717)
Custos de construção	(186)	(1.253)
Depreciação e amortização	(123)	(113)
Despesas com manutenção	(3.687)	(3.790)
Serviços administrativos	(1.208)	(1.281)
Serviços diversos	(4)	(5)
Honorários advocatícios	(440)	(960)
Aluguéis	(302)	(295)
Material de expediente	(330)	(171)
Reversão de provisão para compensação ambiental	-	2.486
Viagens	(387)	(521)
Taxas e anuidades	(1.757)	(2.246)
Outras receitas (despesas), líquidas	(50)	25
	<u>(16.079)</u>	<u>(14.841)</u>

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita e despesa financeira

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.401	1.832
Outros	507	22
	<u>2.908</u>	<u>1.854</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(16.137)	(19.872)
Outros	(374)	(187)
	<u>(16.511)</u>	<u>(20.059)</u>
Resultado financeiro	<u>(13.603)</u>	<u>(18.205)</u>

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado em 2013 e 2012 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro contábil antes da contribuição social e do imposto de renda	111.675	101.597
Juros sobre o capital próprio	(12.421)	(13.840)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social após JSCP	99.254	87.757
Alíquota de IR e CSLL (34%)	33.746	29.837
Adições		
Gratificações	319	102
Doações indedutíveis	12	36
Outras adições	668	1.699
	<u>999</u>	<u>1.837</u>
Exclusões		
Rendimento de depósito judicial	(481)	-
Redução de 60% P&D	(237)	(164)
Reversão da provisão	-	(193)
Diferimento órgão público	(1.143)	(1.522)
Incentivo fiscal de imposto de renda	(13.591)	(12.287)
	<u>(15.452)</u>	<u>(14.166)</u>
Imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do exercício	<u>19.293</u>	<u>17.508</u>
Alíquota fiscal efetiva	<u>19,44%</u>	<u>19,95%</u>

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/13</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/12</u>
Efeitos da adoção do ICPC 01 – RTT (a)	80.984	8.781	72.203
	80.984	8.781	72.203

- (a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre os efeitos contábeis decorrentes da adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, conforme descrito nas Notas 2.1. e 6, levando-se em consideração a alíquota provável de realização desses impostos diferidos.
- (b) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação de texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, concessionárias e permissionárias, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participarem de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica. Assim, todos os saldos de contas a receber são definidos e acompanhados pelo órgão regulador.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A Companhia não apresenta um histórico de perdas relevante, uma vez todas as transações comerciais são intermediadas pelo ONS.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Cobertura de seguros

Os principais ativos da Companhia, representado por 3 (três) subestações, Teresina II, Sobral III e Fortaleza II, foram segurados em 15 de março de 2013, por apólice com vigência até 15 de março de 2014, no montante de R\$ 39.768, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão qualquer natureza, danos elétricos, vendaval até fumaças, tumultos, greves e lock-out, roubo e lucros cessantes. O prêmio anual pago montou em R\$ 60.

Os riscos cobertos podem ser resumidos como segue:

	<u>2013</u>
SE – Teresina II	14.163
SE – Sobral II	14.163
SE – Fortaleza II	8.093
Estoque	3.349
	<u>39.768</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A suficiência dessa abertura de seguros não fez parte do escopo de exame dos auditores independentes.